

INTERFACES ENTRE PAISAGEM E MEMÓRIA NAS CIDADES

Giovana Emos da LUZ*

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a problemática constituída em torno da temática paisagem/memória. A proposta é expor de forma dialógica a elaboração teórica de autores que meditaram sobre tais conceitos, no campo do conhecimento histórico e geográfico. Este debate é um estímulo para a análise crítica de questões nucleares dentro da História das Cidades: a articulação espaço/tempo, a qual conduz a interpretação da historicidade das cidades através do estudo das paisagens; a dicotomia paisagem/imagem, fundamental para a construção da narrativa histórica urbana; e, principalmente, a (re) constituição da memória das cidades embasada em elementos de representação paisagística, cujos *sentidos* são, frequentemente, captados e assimilados coletivamente.

Palavras-chave: Paisagem; Memória; Cidade.

Os estudos sobre a História das Cidades proporcionam um espaço para a exploração de temas relacionados à complexidade e a produção das paisagens urbanas. Enquadram-se neste eixo temático as pesquisas sobre o conceito de paisagem, a morfologia das paisagens urbanas (o urbano historicamente produzido), a paisagem urbana como patrimônio cultural e histórico, assim como o *uso* funcional das paisagens coloniais. Vale ressaltar, que a dimensão mais importante na busca de uma memória da cidade é materializada na sua paisagem.

A valorização atual do passado e da memória das cidades é uma característica comum às sociedades. Este debate é um estímulo para a análise crítica de questões nucleares dentro da História das Cidades: a articulação espaço/tempo, a qual conduz a interpretação da historicidade das cidades através do estudo das paisagens; a dicotomia paisagem/imagem, fundamental para a construção da narrativa histórica urbana; e, principalmente, a (re) constituição da memória das cidades embasada em elementos da

* Universidade Estadual de Goiás
E-mail: giovanaemos@yahoo.com.br

representação paisagística, cujos sentidos são, frequentemente, captados e assimilados coletivamente.

Esta pesquisa teórica apresenta uma discussão sobre a problemática constituída em torno da temática paisagem/memória. A proposta é expor de forma dialógica a elaboração teórica de autores que meditaram sobre tais conceitos, nos campos do conhecimento histórico e geográfico. São privilegiadas as reflexões de Maurice Halbwachs sobre a memória e o espaço; Pierre Nora, no que concerne aos lugares de memória; Peter Burke, no que diz respeito à história social da recordação e a história como memória social; Paul Ricœur, no que se refere a arte da memória e ao espaço habitado; Milton Santos, que tematiza a paisagem e a produção do espaço urbano; Henri Lefebvre, que elucida sobre a pluralidade de significados do termo “forma”, relacionado ao estudo de uma cultura material e, por fim, Kevin Lynch, que focaliza estudos sobre a imagem da cidade e seus marcos visuais.

As ideias analisadas a seguir, demonstram as interfaces entre paisagem e memória nas cidades. É possível encontrar convergências nos escritos dos intelectuais relacionados, principalmente, no que se trata de perceber a paisagem/imagem do espaço urbano como intermediária entre memória e história. Para tanto, é imprescindível discorrer a respeito da especificidade da memória em relação ao passado; entender como ocorre uma confluência entre memória e paisagem –já que lugares e lembranças são categorias intrínsecas à história das cidades –e entender a articulação desses conceitos na construção da narrativa histórica sobre cidades.

Entendemos que a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é uma memória compartilhada, ou seja, coletiva. Contudo, a ligação inextricável que se estabelece entre espaço e tempo no campo da memória individual é um importante aporte para a discussão que pretendemos fazer sobre a memória coletiva. Apesar de a memória ter uma dimensão individual que é por definição única, muitos dos seus referentes são sociais; o que permite o seu compartilhamento. Maurice Halbwachs (1990), sociólogo francês, estudou as diversas formas sociais da memória. Sobre a memória coletiva, enfatiza a inseparabilidade do tempo e do espaço na memória. O autor considera que o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço; um determinado espaço compartilhado por uma coletividade no decorrer de um certo tempo. Mas, a capacidade de recordar depende da aderência do grupo

àquele mesmo espaço em que se viveu ou em que o grupo atuou de alguma forma; seja a residência familiar, o espaço habitado da comunidade, cidade, bairro, vizinhança, o local de trabalho, etc. A memória coletiva está sempre se transformando e se redefinindo porque ela é uma corrente de pensamento contínuo que só retém do passado o que ainda está *vivo*; os acontecimentos que ainda estão presentes na consciência dos indivíduos que são membros dos grupos, de acordo com o que lhes importa e interessa. Com o passar dos tempos e a sucessão das gerações nem todas as lembranças são preservadas. Portanto, a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e que tem caráter grupal.

Para Maurice Halbwachs (1990), o funcionamento da memória pessoal/coletiva é dialético. Ambas se reportam a pontos de referência fixados pela sociedade e só são possíveis com a ajuda de instrumentos emprestados do meio social. O conteúdo da memória coletiva serviria de aporte exterior, o qual a memória individual assimilaria e incorporaria de maneira progressiva em sua substância. Por sua vez, esta memória social envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. E quando algumas lembranças individuais penetram nas recordações coletivas elas “mudam de figura assim que sejam *recolocadas* num conjunto que não é mais [aquele da] consciência pessoal” (HALBWACHS, 1990, p. 53-54). Acontece um processo de complementaridade que define as memórias.

Em seu capítulo intitulado “A memória e o espaço”, Halbwachs (1990) estabelece uma relação de dependência de foro psicológico entre os indivíduos e grupos e o lugar. O autor concebe a lembrança como uma reconstrução mental do passado com a ajuda de dados emprestados do presente. Ele aponta que a relação da comunidade com o meio exterior que a cerca torna-se uma relação dialógica de integração. A paisagem urbana auxilia na composição das recordações, memórias e reminiscências sociais, principalmente, quando reproduz visualmente realidades históricas passadas, acentuadas pelo cenário material que subsiste semelhante à forma original. Esse gênero de influência que os lugares exercem sobre os grupos é evidenciado nas cidades menores, onde o grupo é adaptado ao ambiente e onde as construções ocupam lugar único e de destaque na memória dos habitantes. Essa natureza do lugar ocupado fornece uma impressão de constância histórica ao grupo social porque conserva as características de determinada situação histórica.

As lembranças de grupo apenas permanecem nítidas quando o pensamento individual é orientado pela corrente social. Inclusive, os dados fornecidos pelas impressões causadas pela imagem que sobressai da paisagem da cidade são reconstrutores de lembranças que formam ideias precisas, refletidas do meio material e social. São reconstruções feitas de épocas anteriores também através dos relatos, depoimentos, confidências e experiências dos outros. E mesmo se retratarem uma situação longínqua, distante ou antiga, os quadros são construídos, reconstruídos e conservados. O problema é que um quadro de recordações pode estar repleto de ideias forjadas e genéricas, que são engajadas em imagens alteradas e ressignificadas, sendo, mesmo assim, reproduzidas e assimiladas, mentalmente e culturalmente.

A recomposição do passado permite reconstituir quadros desaparecidos, que se apoiam na memória – propiciam a impressão e a interpretação dos acontecimentos que encontram correspondência nas expressões narrativas. O suporte da memória coletiva é o grupo limitado no espaço e no tempo, por isso, anos de vida decorridos em um mesmo quadro adquirem uniformidade e podem tornar os intervalos irreconhecíveis. Nestes casos, o tempo parece compacto e difícil de distinguir. A imagem do meio exterior e as relações estáveis ficam em primeiro plano na ideia que constitui um grupo. A imagem da cidade histórica, por exemplo, é um suporte da memória, recomposto, que encontra correspondência na narrativa historiográfica. Tal rememoração não escapa à sincronia com a existência atual porque a reciprocidade das lembranças só é possível se elas fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Então, parece não haver ruptura na totalidade dos tempos históricos que se passaram. É o que consolida o vínculo de ressonância temporal entre um período antigo e a atualidade, intermediado pelo espaço urbano, ou melhor, pelos “lugares de memória” da cidade.

O historiador francês Pierre Nora (1993) é o inventor dos chamados lugares de memória. No artigo intitulado *Entre Memória e História. A problemática dos lugares* enuncia um triplo anúncio: a ruptura entre memória e história; a perda da história-memória; a emergência de um fenômeno no estágio de uma memória captada pela história. O historiador se posiciona em relação ao tempo (modernidade) no qual se articula a consciência da ruptura com o passado constituindo a memória como uma configuração cultural relacionada à história, no sentido de reflexão historiográfica.

Em seu primeiro tema, sobre a ruptura entre memória e história, o autor traça as diferenças fundamentais entre ambas. Em sua opinião, existia uma memória integrada, em que o passado aderira de modo contínuo ao presente; é a memória espontânea e imediata, que é também social e coletiva, com origem no passado e vínculo experimentado no presente. Já a história atual, seria composta por uma memória sem passado orgânico, pois somente é conhecida através do vestígio, é mediada pelo rastro e pela triagem. A distância em relação à experiência pertence ao âmbito da história, que é uma representação e delimitação do passado. Já a memória, conserva a impressão da experiência vivida.

O autor explica que a autonomização da ciência da história teve o efeito de separá-la da memória, surgindo, posteriormente, o fenômeno da memória apreendida pela história. A história trabalha com um criticismo generalizado que suspeita da memória; a história conserva um arsenal, de materiais físicos e de recursos metodológicos, necessário à realização de seu propósito. Com isso, acontece a emergência da memória arquivística, que se apoia inteiramente e precisamente sobre o vestígio material, o registro e a imagem. Chama-se de memória, de fato, o acúmulo de estoque material do qual a história é dotada. Ocorre, assim, a institucionalização do memorável.

O movimento de transposição, da memória propriamente experimentada para a memória histórica, criou a necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis para a continuidade da existência da memória. Esses locais são marcos exteriores que orientam o pensamento coletivo e ajustam a conduta social.

É diante dessa situação que surge a noção original de lugares de memória. Dessa forma, compreende-se melhor o comentário de Nora: “Só se fala tanto em memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 7). A memória não tem mais o alcance de estar integrada ao passado. Essa primeira noção de lugar de memória instaurou-se como instrumento simbólico, cuja finalidade heurística era imaterializar o lugar. Não se tratava unicamente, nem principalmente de lugares topográficos, entre eles são citados calendários, bandeiras, dicionários, arquivos, bibliotecas, museus, festas e comemorações. São todos objetos simbólicos de memória oferecidos como instrumento de base do trabalho histórico.

No início, em virtude de sua envergadura, a noção está a serviço da história: “certamente, é em lugares que se cristaliza e se refugia a memória”. Esta declaração antecede a seguinte: “Há lugares de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7). O caráter residual da memória sob o signo da história crítica precisa do apoio de lugares. Os lugares de memória têm o efeito conciliatório de engendrar a história; têm objetivamente a intenção de evocar a memória para reafirmar a história. Como coloca Nora, são “lugares de história”, que pertencem aos dois planos, da história e da memória.

É dessa ambiguidade inicial – a dupla natureza dos lugares: memoriais e históricos – que decorrem os deslizamentos posteriores da noção. Nora enfatiza a notável materialização da memória vinculada à apreciação do patrimônio. O autor considera a dilatação do conceito de patrimônio: antes havia uma concepção muito restritiva dos monumentos históricos e passou-se abruptamente para uma concepção teoricamente ampliada e aberta. Conceituação, esta, de fronteiras incertas e indeterminadas. Essa modificação recente e problemática transforma em legado coletivo todos os objetos e também as tradições testemunhas do passado.

O momento decisivo da investigação sobre o destino da ideia de lugares de memória nos textos de Nora assinala uma inversão interna na própria concepção do termo. Existe retroação na ideia de lugar de memória que se transforma em contato com a ideia de patrimônio. Com a emergência da memória patrimônio, ocorre paradoxalmente, a redução desses lugares em sítios topográficos, indissociáveis de uma localidade. Isso reforça o tema patrimonial – que concede ao lugar sua eficácia – e a transposição da memória patrimonial circunscrita a localidades. A promoção do patrimônio materializa a memória e destaca a importância do espaço.

Essa oscilação revela o conteúdo insólito da noção. Tal conteúdo comporta a junção de objetos de natureza diferentes; lugar e memória. No lugar existe a intenção de memória e a proposta da história de ser memória corrigida. A estrutura complexa dos lugares de memória condiciona a interação desses dois fatores e a expressão acumula três sentidos: 1) material: que fixa os *lugares* em realidades espaciais determinadas, 2) simbólico: obra do imaginário, que garante a consolidação e a transmissão das lembranças, 3) funcional: ritualização que desempenha com eficácia seus fins práticos e

utilitários. A materialidade, o simbolismo e a função encerram no lugar (espaço) seus sentidos e significados histórico/memorial.

O historiador inglês Peter Burke (2000) demonstra que no campo do conhecimento histórico existe uma correlação mútua entre história, memória e espaço, principalmente no estudo da História de uma nação, o que inclui as histórias de suas cidades. Em síntese retrospectiva, o autor explica que a visão tradicional sobre a relação entre a história e a memória é relativamente simples: a memória reflete o que realmente aconteceu e a história reflete a memória. A história é registrada contra o esquecimento da memória. Pode-se entender que a passagem do tempo é o fator que compromete a memória e justifica o registro. Assim, a história escrita é tomada como exemplo e aprendizado. Peter Burke afirma que, atualmente, a relação entre memória e história é problematizada pelos pensadores porque dentro das atividades historiadora e historiográfica, recordar e registrar não são tarefas neutras e objetivas.

Burke partilha da visão historiográfica que reconhece que, de diferentes maneiras, as ideias individuais são influenciadas pelos grupos a que os indivíduos pertencem e que o acesso ao passado, como ao presente, somente é possível através de categorias e esquemas que são representações coletivas da cultura própria dos indivíduos e grupos. Então, os historiadores necessitariam considerar a memória sob o ponto de vista chamada História Social da recordação, que é o estudo da organização social da transmissão das recordações públicas, que produz e reproduz o conteúdo da memória social, materializado e conservado, de modo geral, em edificações que exprimiram e moldaram o passado, e acabam por constituir o aspecto paisagístico das cidades. O termo memória social é definido como produto da memória enquanto fenômeno histórico. A memória social é afetada pela organização social da transmissão das recordações e pelos diferentes meios utilizados para este fim. Por isso, o autor informa que os historiadores dos séculos XIX e XX têm privilegiado os monumentos públicos que associam os temas de recordação a imagens que são sugestivas.

O filósofo francês Paul Ricoeur (2007), na obra *A memória, a história, o esquecimento* também realiza um debate histórico em torno dos temas história e memória. Ele fundamenta a necessidade da reavaliação da concepção de memória em sua especificidade em relação ao passado. Na reflexão sobre os problemas relativos aos vínculos entre memória e história, o autor analisa a relação essencial da memória com

as imagens. Nesse aspecto, Paul Ricoeur lembra a existência de uma longa tradição que elevou a memorização à posição de uma arte, técnica; *arsmemoriae*. A arte da memória consiste, basicamente, em associar imagens a lugares organizados em sistemas rigorosos, como numa casa, nos monumentos e praças públicas, num cenário arquitetural. A arte da memória associava aquilo que se deseja recordar com imagens imateriais e imaginárias. Ricoeur amplia essa concepção, sugerindo que historicamente são construídas imagens materiais para auxiliar a retenção e a transmissão das recordações. O preceito dessa dinâmica consiste na regência da seleção de lugares que armazenam imagens e tempos do objeto de recordação evocado. As imagens armazenadas são consideradas fáceis de evocar no momento oportuno, já que a ordem dos lugares preserva a ordem dos objetos. O autor se refere à tradição filosófica clássica que define a memória artificial repetida historicamente: “A memória artificial consiste em lugares e imagens” (RICOEUR, 2007, p. 76). Quanto aos objetos figurados pelas imagens e pelos lugares, o importante é que as ideias sobre eles (personagens, acontecimentos, causas a defender, etc.) estejam vinculadas a imagens e tempos armazenados em lugares. A arte da memória é uma recusa do esquecimento e das deficiências inerentes à preservação dos rastros como fontes materiais documentais. A discussão contemporânea sobre os lugares de memória, locais reais, inscritos na geografia, pode ser considerada a herdeira tardia da arte da memória dos gregos e latinos, para os quais os lugares eram áreas de escrita mental (RICOEUR, 2007).

A amplitude da noção de inscrição no espaço geográfico excede a historiografia (escrita) que fixa as expressões orais do discurso no suporte material. A noção de inscrição é fundada na filosofia aristotélica; as inscrições são marcas exteriores adotadas como apoio e escalas para o trabalho da memória. A inscrição é a imagem cunhada exteriormente como estímulo para a lembrança. E a impressão é a significância interna da marca. A semelhança entre inscrição e impressão é o ponto crucial de toda a problemática veritativa da memória.

Ricoeur coloca que os lugares de memória propõem uma fenomenologia do local ou do lugar. Ele explica a atuação do indivíduo no espaço privado do corpóreo (pessoal) e o movimento de deslocamento do indivíduo ao espaço público (coletivo). Colocar-se e deslocar-se são atividades primordiais do indivíduo no espaço. A localização e o deslocamento, a alternância da manutenção e do movimento, são experiências de

referência, alusivas ao contato do indivíduo com a exterioridade. A espacialidade corporal e ambiental é inerente à evocação das lembranças. As lembranças que remetem a espaços exteriores – morar em uma mesma cidade, realizar uma viagem - são particularmente eloquentes porque constituem ao mesmo tempo uma memória íntima e uma memória compartilhada. São lembranças típicas; onde o espaço corporal é de imediato vinculado ao espaço ambiental. Da memória compartilhada passa-se gradativamente à análise dos lugares consagrados pela tradição; marcos na via da espacialidade que a geografia põe em paralelo com a temporalidade da história.

O autor coloca que: “Entre o espaço vivido do corpo próprio e do ambiente e o espaço público intercala-se o espaço geométrico” (RICOEUR, 2007, p. 159). O geométrico seria a fronteira entre o espaço vivido e o ato de habitar que é estabelecido pelo ato de construir. A arquitetura é a notável composição formada pelo desdobramento do espaço privado ao espaço público, produzido pela correlação entre o habitar e o construir. A arquitetura opera um tipo de inteligibilidade que caracteriza uma configuração narrativa; a construção é equivalente a composição de um enredo que corresponde a um tempo histórico. A natureza essencial própria da imagem e da temporalidade é materializada na paisagem. A expressão colocada por Ricoeur “da narrativa ao edifício” indica a homologia entre a historiografia e o plano material edificado. Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição na duração temporal e na materialidade histórica. O espaço construído consiste em um sistema de áreas de interações, inscreve-se no espaço urbano como narrativas em um meio de intertextualidades: “A narratividade impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se alternem renovação e repetição”. E acrescenta: “É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço” (RICOEUR, 2007, p. 159).

Em uma cidade o tempo narrado e o espaço habitado estão estreitamente associados. A cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo uma história sedimentada das formas culturais. É possível realizar a leitura de uma cidade, no que diz respeito às suas resistências e permanências, tanto quanto às suas discontinuidades e rupturas. A ênfase dada às permanências é representada pelas

estruturas estáveis da paisagem. A fenomenologia dos locais proposta por Ricoeur possibilita a conjectura de uma associação necessária entre história, memória e espaço.

Segundo Milton Santos, a paisagem da cidade se organiza conforme as exigências de produção do espaço, como, por exemplo, a localização específica e a lógica da produção da cidade (política, econômica, cultural). Ao tratar da categoria paisagem, o autor informa: “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 1998, p. 61). De acordo com a noção citada, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, do sentido. E o autor acrescenta que a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão: cada pessoa vê a realidade, que é dita uma, de forma diferenciada.

Analisando a concepção de paisagem de acordo com a perspectiva adotada pelo autor, ao perceber outros aspectos que não são os visíveis, mas sim perceptíveis como odores e sons, o indivíduo realiza a tarefa de ultrapassar a paisagem como aspecto físico. Nessa tarefa o aparato cognitivo tem importância crucial porque interpreta esta percepção (paisagística) e a converte em conhecimento. E, apesar da subjetividade inata ao indivíduo, presente em todo processo interpretativo, nas mensagens transmitidas pelas representações sociais relacionadas aos conteúdos ideológicos – como é o caso da representação imagética de uma cidade – os valores e as ideias gerais, frequentemente, são captados e assimilados coletivamente.

No estudo de uma cidade, espaço e tempo são ideias que comandam a elaboração de sua história urbana. A forma espacial tem dimensão material quando, empiricizada, apresenta-se como objeto concreto: na forma encontram-se as mediações entre espaço e tempo, que permitem teorizar o lugar. As formas espaciais são resíduos de estruturas que foram presentes no passado. No presente, a forma configurada em paisagem é passada e é atual, pois não é apenas um dado passivo, mas sim um vetor ativo. As formas criadas no passado têm um papel atuante na elaboração do presente e do futuro. Para Milton Santos a história da cidade é a história das suas formas:

Há de um lado as formas criadas e, de outro, as formas criadoras, aquelas que, após construídas, como que se levantam e se impõem, como aquilo que o passado nos herda e implica uma submissão do presente; um presente submetido ao passado exatamente através das formas, cuja estrutura devemos reconhecer e estudar (SANTOS, 1998, p. 72).

Geralmente, o que se compreende por *forma* da cidade é o aspecto visível e aparente dos objetos, a própria paisagem urbana. Mas a dimensão formal vai para além desse aspecto; ela expressa o conteúdo das relações sociais adentrando suas várias dimensões concretas, que são histórica/geográfica. Toda cidade é paisagística, mas as *formas* da paisagem variam de cidade para cidade e sua imagem transmite conteúdos diferenciados. A sociedade em movimento se materializa espacialmente constituindo a paisagem e a imagem, isto é, o todo da cidade expresso em *formas* de objetos visíveis – que através do olhar afetam a mente. A forma é exatamente esse conjunto de objetos concretos que, reunidos, têm uma aparência que é transmissora de mensagens por ser carregada de conteúdos.

Henri Lefebvre (1991) medita sobre a pluralidade de significados do termo “forma”, que quase sempre é utilizado como uma palavra-fetice. Para se obter uma definição mais precisa (e ao mesmo tempo complexa) desse termo, quando designa aspectos da cidade, deve-se partir da abstração científica em direção à relação com o real. Segundo o autor “para se apreender o abstrato é necessária uma cultura” (LEFEBVRE, 1991, p. 85). Para elucidar o significado da palavra “forma”, é necessário o estudo de uma “cultura” que atinja as fronteiras que distinguem e unem simultaneamente o concreto e o abstrato. Tomando as reflexões do autor como orientação teórica para fins do estudo específico aqui empreendido, elegemos a “paisagem” da cidade como ponto de partida categórico de investigação, em virtude das parcelas de materialidade e abstração inerentes à sua formação. E valorizamos a dimensão da *cultura figurativa*² de uma cidade, na condição de expressão concreta que dá acesso aos conteúdos que advêm da abstração imagética. Em outras palavras, a *forma*(paisagem) é o ponto de encontro que constitui a fronteira, ao mesmo tempo, distintiva e mediativa entre concreto e abstrato dentro da dicotomia paisagem/imagem da cidade.

A forma urbana tem a capacidade de funcionalizar; sua aceção abstrata concede-lhe funcionalidade. E nisso consiste sua realidade e existência; não existe separação

² Segundo Cavalcanti (2008), a categoria “paisagem” – visibilidade e aparência física da cidade - indica o conjunto formado pelos objetos da *representação figurativa* (ruas, praças, casas, prédios, monumentos, etc.) e sua disposição. A categoria paisagem, na geografia, é prática e aplicativa. Devido ao seu caráter estático – o que não significa imutável – a paisagem é uma categoria operacional porque fornece pistas para a compreensão do espaço que ocupa.

absoluta entre forma e função, pois o que se oferece à análise é a unidade entre ambas. A observação criteriosa da paisagem urbana permite perceber a historicidade da sociedade materializada por meio das formas antigas que permanecem para além das funções que as criaram; por meio dos vestígios de modificação nas formas indicando alterações de suas funções; e por meio de formas acrescentadas que indicam inovação de funções. A forma que emerge “pura e transparente” (como uma construção residencial, por exemplo,) é inteligível (é possível entender o seu desenho). Mas, separando-se do conteúdo – da compreensão da serventia de uma habitação - se situa fora do real, não tem existência social (LEFEBVRE, 1991, p. 85). Coerente com explicações anteriores, neste estudo entende-se que essa existência é concedida pelo encontro do aspecto paisagístico com o imagético.

Nessa perspectiva, o conceito de imagem não é entendido como físico, mas como psíquico, pois a imagem é criada no cérebro. A imagem enquanto linguagem é instrumento de pensamento e de comunicação. A comunicação é consequência de uma propriedade fundamental da linguagem imagética: a constituição de conteúdos (ORLANDI, 2007, p. 23). A imagem constitui o conteúdo da cidade para o sujeito que a interpreta subjetivamente. Como a construção da imagem não é um sistema ideologicamente neutro, ela orienta de forma decisiva a constituição das recordações sociais.

A imagem é ao mesmo tempo matéria e abstração. É por causa da sua associação aos conceitos de inscrição e impressão, e em consequência disso, da sua parcela de abstração, que é a imagem e não a paisagem que se torna representação. A representação é veiculada através da imagem. Ela substitui outras formas de manifestação das ideias, dos valores e dos conteúdos, sejam sociais, políticos, culturais, etc. É algo que está no lugar de um determinado conteúdo e que indica uma ideia. Toda representação emite uma mensagem que deve ser transmitida e entendida (ou deseja-se que seja). A representação não se afasta das atividades reais e visa o psicológico social, o mental.

É, precisamente, no nível psicológico, que acontece a comunicação entre a representação e o seu alvo, que são as memórias, imaginários e mentalidades sociais – as “mentalidades” são entendidas e aceitas enquanto ideias e valores que predominam na mente da maioria das pessoas, em relação às realidades das sociedades, ou

comunidades, em que vivem. Em se tratando da imagem da cidade, a visão é uma espécie de contemplação idealizadora da própria sociedade e da sua história. A imagem manifesta as decupagens e as montagens da realidade urbana: seu fundamento, funcionamento, organização, estruturação, dinâmica e produção. Na cidade histórica, as marcas deixadas pelos acontecimentos passados são, em suma, as imagens. São os pontos de apoio exteriores para a recordação; os indicadores que advertem contra o esquecimento no futuro.

De acordo com Kevin Lynch (1994), em *A imagem da cidade* os “marcos visuais” são elementos pontuadores da trajetória imaginativa. A imaginabilidade é a qualidade simbólica que confere ao objeto físico uma elevada probabilidade de evocação. Nesta discussão é importante lembrar que o estudo da experiência urbana requer análise sociológica e psicológica porque as imagens visuais são, portanto, mnemônicas e os indivíduos em seus itinerários urbanos, trabalham constantemente a memória e a imaginação. A experiência urbana passa do inconsciente individual para a interpretação coletiva, o que ocorre no espaço urbano, o qual é o ponto de referência que estabelece a posição do indivíduo no contexto. Na cidade, o urbanismo organiza um sistema, cujos diversos componentes dão lugar a uma resultante: o espaço visual, portador de valor histórico-estético. Retomando Lynch (1994), na estrutura do espaço urbano, os monumentos³ paisagísticos são considerados os marcos mais funcionais (o indivíduo pode estar ligado sentimentalmente a um monumento mas, por certo, não teria essa ligação com o tipo do traço da cidade). Trabalha-se com a ideia de que o urbanismo programa para o futuro a conformação da cidade relacionada à projeção da forma/função urbana e de que a arquitetura pode conservar o valor estético inclusive quando cessa sua funcionalidade objetiva e, dialeticamente, a função é um prolongamento do valor. Os monumentos projetam no futuro algo já visto no passado, e isso é adequado, principalmente, para as cidades criadas como obras unitárias, concebidas antes da sociedade industrial como é o caso das cidades tipificadas de *cidades históricas*.

O historiador francês Giulio Carlo Argan (1995), que escreve sobre a História da cidade correlacionada à História da arte, propõe uma definição, de aporte teórico, da cidade relacionada ao espaço e a paisagem: uma cidade pode ser considerada uma parte

³ Françoise Choay diferencia os conceitos de *monumento* e *monumento histórico*, no livro *A alegoria do patrimônio* (CHOAY, 2001, p. 25).

recortada da continuidade e infinitude do espaço. É uma unidade conformada e determinada segundo um sentido. A forma da cidade é um espaço construído, finito e delimitado, compreendido na extensão do espaço *continuum*, que é infinito, ilimitado e não-determinado (ARGAN, 1995, p. 1-9). De acordo com essa definição, seja qual for a dimensão ou densidade de uma cidade, ela é sempre delimitada e delineada dentro do espaço físico-natural que é totalizante. Argan continua explicando que diferentes tipos de agregação social manifestam, em sua relação com as imagens, sua realidade e experiência. Isso ressalta a necessidade de expressão dos indivíduos que trabalham no espaço: representar de alguma forma – autêntica ou deturpada – a situação espacial em que operam e transformam. O espaço e a imagem das cidades são constituídos pela vivência da sociedade: indivíduos e grupos. Na cidade, espaço e imagem são coeficientes substancialmente equivalentes, na medida em que ambos são inseparáveis da experiência e da vivência urbanas, assim como da constituição de suas memórias (ARGAN, 1995).

A dimensão paisagística da cidade perpassa o espaço urbano, que existe a partir das relações entre a sociedade e o conjunto de formas materiais e culturais. Assim, se estabelece uma correlação entre movimentação e mobilização socioespacial (relações e atividades exercidas entre os membros dos grupos sociais) e a projeção da paisagem urbana no espaço. Ao final desta análise, entende-se que a cidade, quando localizada como objeto de investigação historiadora, demanda preocupação com os temas correlacionados neste trabalho. O levantamento desses pontos conceituais - paisagem, imagem, forma, função, espaço - e a pauta dedicada ao debate sobre a condição da memória foram propostos como entendimento prévio para qualquer trabalho que resultará em um modo de erigir uma representação do passado de uma cidade.

INTERFACES BETWEEN LANDSCAPES AND MEMORY IN CITIES

ABSTRACT

This article presents a discussion on the problem around the theme landscape / memory. The proposal is to explain in a dialogical way, the theoretical elaboration of authors who have meditated on these concepts in the field of historical and geographical knowledge. This debate is a stimulus for critical analysis of nuclear issues within the History of Cities: the relationship space / time, which leads to the interpretation of the historicity of the cities through the landscapes study; dichotomy landscape / image, fundamental for

the construction of urban historical narrative and, mainly, the (re) constitution of towns memory grounded in elements of landscape representation, that are often gotten and assimilated collectively.

Key-words: Landscape; Memory; City.

REFERÊNCIAS

ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BURKE, P. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

CAVALCANTI, L. S. *A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ORLANDI, E. P. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993. p. 7-28.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2007.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.